



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

A ASSESSORIA TÉCNICA NA ERA DA INDETERMINAÇÃO: ANÁLISE DO CARÁTER NACIONAL DA ATHIS (2015-2020)

Danyella Manaia (FAUUSP) - bertodanyella@usp.br

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na FAUUSP. Bolsista FAPESP de Iniciação Científica.

Isadora de Andrade Guerreiro (LabCidade/FAUUSP) - isadora.guerreiro@usp.br

Professora colaboradora de Planejamento Urbano e Regional na FAUUSP e pesquisadora de pós-doutorado FAPESP no LabCidade-FAUUSP. Ex-coordenadora da Assessoria Técnica Usina-CTAH.

A assessoria técnica na era da indeterminação

Análise do caráter nacional da ATHIS (2015-2020)

INTRODUÇÃO

Ainda que a atuação de assessorias técnicas de Arquitetura e Urbanismo tenha se consolidado, no Brasil, nos anos 1990 – após a redemocratização e a retomada de forças políticas por parte da sociedade civil –, foi apenas recentemente que esse tipo de atividade profissional passou a ter uma espécie de “marca registrada”, dada sobretudo a partir do nome cunhado para identificá-lo: “ATHIS” (Assessoria/Assistência Técnica em/para/de Habitação de Interesse Social). Isso ocorreu com a instituição da Lei Federal nº 11.888, em 2008, e da decisão da 56ª Plenária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), em 2016, de utilizar pelo menos 2% de sua arrecadação para financiamento de ATHIS em atenção à referida Lei.

Nos últimos cinco anos, principalmente, vem aumentando consideravelmente no país a promoção de uma enorme diversidade de ações práticas alinhadas a tal conceito, além da realização de seminários, oficinas e cursos de capacitação sobre o tema, o que nos faz refletir sobre que tipos de atividades exatamente têm sido realizadas sob esse título, e sobre o seu significado e suas consequências, tanto no posicionamento da profissão frente a seus propósitos quanto na construção do espaço social e político resultante, considerando o campo dos direitos e da formação de sujeitos políticos. Tal diversidade de práticas é evidenciada também pelo fato de não haver um consenso sobre o significado da sigla ATHIS, seja pela distinção entre os conceitos de assessoria e assistência¹, seja pela variação da preposição utilizada (“em” apontando a HIS mais como cenário da atuação; “para” como destino ou alvo da intervenção; ou “de” assinalando uma atuação específica).

Por um lado, tais pluralidade e expansão nacional trazem grande potencial de ampliação dos campos abertos para a atividade de arquitetos, podendo atender a variados interesses e admitir diferentes práticas, de modo a abarcar diversos princípios tomados por grupos distintos sobre o que é e como deve ser praticada a ATHIS. Por outro lado, há de se pensar sobre os limites dessa amplitude, pois o uso de um discurso específico (o da Lei 11.888/2008, principalmente) tem sido instrumentalizado como justificativa legitimadora para práticas que não lhe dizem respeito, eventualmente perdendo seu significado histórico, distorcendo-o, ou, ainda, construindo um campo de indeterminação (RIZEK; OLIVEIRA, 2007) funcional para a ampliação de interesses alheios ao campo do direito à moradia e à cidade.

¹ Kapp (2018, p. 222; grifos originais) consegue bem sintetizar o embate entre tais concepções: “[...] Entretanto, *assistência* conota uma adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos, esbarrando no assistencialismo e na filantropia, enquanto *assessoria* condiz mais com uma perspectiva crítica dessas relações de dominação. [...] Já a Lei de Assistência Técnica inspirou-se no Sistema Único de Saúde, por sua vez alinhado à ideologia das necessidades ou da ‘condição humana como condição de dependência de bens e serviços’ (Illich, 1990). Assistência e autonomia são opostos nesse sentido.”

Por isso, um dos objetivos principais da pesquisa que gerou este artigo² é a descrição e a análise da ATHIS especialmente pelo que tem sido executado e mostrado, e não somente pelo seu enunciado, buscando captar e compreender também suas variações regionais. Quais grupos de demanda são priorizados em cada região do país? Quem são os propositores? Há relação com movimentos sociais e políticas públicas? Como o empreendedorismo social é mobilizado? Pois, embora o termo ATHIS em si esteja muito atrelado aos incentivos feitos pelo CAU, tal campo de indeterminação não parece ser causado somente por essa organização profissional, mas por um contexto bem mais amplo de diversificação de agentes no campo, levando a maiores disputas.

Este artigo pretende colocar luz sobre esse campo de indeterminação, procurando definir melhor suas fronteiras. Para termos um quadro inicial, primeiramente, olhamos para a implantação da ATHIS pelo CAU em escala nacional (entre 2015 e maio de 2021), levantando características regionais, novos agentes e práticas, e seus significados locais e nacionais. Após essa primeira etapa de reconhecimento, realizamos entrevistas com atores envolvidos em estudos de caso selecionados (não necessariamente financiados pelo CAU) de acordo com o cruzamento de novos agentes e práticas levantados, também de acordo com características regionais. Iremos expor os resultados desses levantamentos, analisando o quadro atual e a especificidade de suas indeterminações.

ORIGENS DA QUESTÃO

Pode-se iniciar essa trajetória de expansão e nacionalização do conceito e da prática de assessoria técnica, na sua relação estreita com a dimensão pública do trabalho do arquiteto, com a Lei Federal nº 11.888/2008, mais conhecida como “Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social”. Essa, na realidade, foi uma iniciativa cujos esforços foram empreendidos desde a década de 1970 (IAB, 2010), com a proposta de criação do Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME) pelo Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS), tendo como uma de suas lideranças o arquiteto gaúcho Clóvis Ilgenfritz. Entretanto, por se tratar de um projeto de organização pontual entre arquitetos, com dificuldades de articulação entre outros estados e com mais profissionais em um contexto de regime autoritário, a tentativa não progrediu para além dos limites de Porto Alegre, onde foi estabelecido um convênio com a prefeitura.

Desde então, todavia, outros passos foram dados quanto à política de habitação para baixa renda. Nos anos 1980, deu-se maior atenção à assessoria e à autogestão por parte dos arquitetos, das universidades e da sociedade civil, com o surgimento de parcerias entre movimentos sociais, grupos de extensão universitária e técnicos – além de outros profissionais, como assistentes sociais e advogados (BARAVELLI, 2007; LOPES, 2018). Já na década seguinte, após a redemocratização e com apoio da nova Constituição de 1988, que enfatiza a função social da cidade, estabelece-se a

² Fruto de pesquisa de Iniciação Científica financiada pela FAPESP.

moradia como direito social, e dá-se maior força às políticas locais, sendo instituídas algumas leis municipais impulsionando iniciativas de assistência e/ou assessoria técnica (AT) para habitações (BONDUKI, 1992).

Assim, e ainda considerando os avanços em relação à política urbana feitos no início do século XXI – como a aprovação, em 2001, do Estatuto da Cidade, e, em 2003, a criação do Ministério das Cidades –, os arquitetos e urbanistas conseguiram maior espaço para se posicionarem politicamente. Em 2002, Clóvis Ilgenfritz, então deputado federal, pôde reformular e retomar o projeto do Programa ATME, aprovando em 2008 a já citada Lei Federal nº 11.888. Dessa maneira, assegura-se às famílias cuja renda é de até três salários-mínimos uma “assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social” (BRASIL, 2008).

É importante notar que, no ano seguinte à aprovação da Lei – isto é, em 2009 –, foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual elevou a produção habitacional para baixa renda para uma escala de massa, algo que não acontecia desde a extinção do BNH em 1986. O novo programa trazia subsídios vultosos e, além disso, introduzia a modalidade Entidades, que acabou nacionalizando o modelo de construção autogerida pelas comunidades anteriormente existente somente em âmbitos locais, de forma pontual e extremamente vinculada aos movimentos populares na conjuntura dos anos 1980 e 1990. Esse processo – que inevitavelmente acaba levando a uma padronização da produção –, estando inserido em um programa vinculado aos interesses de reestruturação produtiva de grandes empresas do mercado imobiliário (BARAVELLI, 2014; SHIMBO, 2012) em fase de abertura de capital (FIX, 2011), levou novos desafios ao tema da assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo: novos agentes, para além dos tradicionais movimentos populares de moradia; novas estratégias desses movimentos (GUERREIRO, 2018); novas demandas dentro de periferias, cada vez mais consolidadas e com realidades mais distintas (GIAVAROTTI, 2018); e novas formas de relacionamento dos municípios com a política habitacional, agora promovida por meios mais diversificados.

No entanto, em 2016, com a retirada sistemática de recursos do PMCMV-Entidades, o campo da assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo, que tinha se expandido, ficou sem continuidade. Nesse momento, após quase oito anos da sanção da Lei 11.888, sem seu cumprimento efetivo, o CAU/BR decidiu, em sua 56ª Plenária, que pelo menos 2% das arrecadações de cada CAU regional, além do próprio CAU nacional, deveriam ser destinados a “ações estratégicas de ATHIS” (CAU/BR, 2016). Há, assim, uma nítida transformação das ações de AT (antes muito mais vinculadas a programas públicos e a movimentos populares organizados) em direção a um fomento dirigido por uma entidade de classe, com interesses próprios e regionalizados.

Nessa mesma Plenária, Ilgenfritz procurou esclarecer seus objetivos enquanto redator da Lei em questão, defendendo a necessidade de assistência para *construção*, e não somente para projetos, como ocorria, segundo o arquiteto, na prefeitura de Porto Alegre na década de 1970. Além disso, Ilgenfritz também criticou a política do PMCMV e de outras intervenções públicas de grande escala, as quais comumente resultam na remoção de

famílias, por produzirem habitações apesar da cidade, e não uma cidade por meio da habitação. Para se contrapor a esse tipo de produção, a solução proposta pela Lei 11.888/2008 seria a de “pulverização” do atendimento em uma escala mais individualizada e dispersa pelo território. Desse modo, seria possível uma relação mais direta entre arquiteto e família, e, assim, um maior envolvimento dos profissionais, uma maior participação dos moradores e o desenvolvimento de projetos mais adequados às especificidades de cada habitação.

Nota-se que tanto o texto da Lei quanto Ilgenfritz ressaltam a importância de vincular a ATHIS a uma ação “coordenada e sistêmica” (BRASIL, 2008), tornando-se efetivamente uma “política de Estado” (CAU/BR, 2016). Ao mesmo tempo, percebe-se certa contradição na defesa da individualização e, de certo modo, privatização da atividade. Sendo o CAU uma autarquia pública, criada em 2010 com o objetivo principal de regular e fiscalizar a profissão (defesa da sociedade civil contra o mau exercício da arquitetura), pergunta-se como se encaixa esse papel do Conselho na promoção de ATHIS pelo país e, mais do que isso, no direcionamento de seus parâmetros. Quanto ele consegue estabelecer um elo efetivamente público com o Estado, e não simplesmente dependente da iniciativa específica de um projeto ou do posicionamento da gestão do Conselho? E como essas ações podem ser concretizadas, se não é permitido ao Conselho financiar a execução desses projetos nos territórios?

Ilgenfritz, na mesma palestra do CAU/BR, criticou os funcionários da Prefeitura de Porto Alegre por, nos anos 1970, não se envolverem na execução da obra dos projetos aprovados. Da mesma maneira, questionamos: Quantos dos projetos de ATHIS patrocinados pelo CAU chegam efetivamente à construção, mesmo que não financiados por ele? De onde viriam os recursos para isso? Pois, embora a lei federal preveja o financiamento público, a efetivação de parcerias do CAU com as prefeituras não parece estar sendo uma prioridade.

Como todo esse arranjo se relaciona com a demanda real, visto que as arrecadações do Conselho por estado dependem da intensidade da atuação profissional na unidade federativa, e não necessariamente estão relacionadas com o déficit habitacional ou com a necessidade da comunidade? E qual a consequência real dessa promoção, de projetos fornecidos somente em papel, para as famílias?

QUADRO DA ATHIS NO BRASIL HOJE: A ATUAÇÃO DO CAU

Para caracterizar a atuação de ATHIS atualmente no Brasil foram feitos levantamentos, para cada CAU/UF, dos Editais de Seleção ou de Chamamento Públicos de Patrocínio voltados especificamente para projetos de ATHIS, entendendo tal tipo de fomento como o principal meio, dentro das possibilidades do CAU, de promoção de ação direta sobre o território – em contraposição a seminários e outras iniciativas semelhantes, que comumente se mantêm apenas no campo discursivo.

Com isso, busca-se compreender o rumo dado aos 2% dos recursos de cada um desses Conselhos Regionais na sua efetividade concreta, analisando as características e singularidades regionais de acordo com os tipos de práticas mais favorecidas e seus agentes; bem como a relação entre os discursos utilizados e a forma da sua efetivação.

A metodologia consistiu na busca, no *site* de cada um dos CAU/UF, da palavra “ATHIS” no campo de pesquisa (além dos Editais em seus Portais de Transparência), ação que faz listar, em teoria, todas as notícias publicadas sobre o assunto. Desse modo, pôde-se obter uma perspectiva maior sobre o conteúdo e a forma com que o CAU tem divulgado, no meio eletrônico, seus esforços de incentivo à ATHIS. Foram levantadas desde as primeiras iniciativas, entre 2015 e 2017, até aquelas publicadas em maio de 2021. Nota-se, portanto, que os dados sistematizados neste artigo se referem apenas àqueles divulgados eletronicamente pelos CAU/UF, e não à totalidade de seus esforços divulgados ou efetivados de outras maneiras.

Tiveram grande relevância as sistematizações feitas principalmente para os perfis dos agentes e para as práticas dos projetos, sendo a sua combinação a principal matriz de definição das diversas tipologias observadas de atuação em ATHIS atualmente. Tais correspondências levaram em consideração laços institucionais, formas de atuação, formações profissionais, e papéis assumidos, frente à sociedade, das pessoas e dos grupos observados nos levantamentos, não estando, em momento algum, essas classificações e agrupamentos explicitados nos *sites* ou documentos do CAU. Neste artigo, serão tratados os grupos mais presentes entre os Contemplados dos Editais de ATHIS, assim como as práticas dos projetos fomentados.

Dividimos, inicialmente, os agentes em dois grandes grupos: aqueles típicos da AT realizada desde os anos 1990, e os novos agentes da ATHIS. No primeiro grande grupo, temos o poder público, grupos de assessoria técnica tradicionais fundados na década de 1990, diferentes formas de organização popular e/ou comunitária, e grupos ligados ao Ensino Superior. Especialmente nos últimos dois casos, contudo, observa-se uma multiplicação nas formas de organização, de atuação e de representação, bem como nos perfis dos grupos envolvidos e nas suas práticas – como veremos nos estudos de caso, adiante.

Já entre os novos agentes, encontram-se pessoas físicas (arquitetos e urbanistas); escritórios de arquitetura; negócios sociais; ONGs e OSCs nacionais; e outras instituições e associações profissionais de AU, como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), sindicatos de arquitetos, a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), e a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA). As formas e as áreas de atuação de cada um, tanto entre diferentes categorias quanto dentro uma mesma categoria, sobretudo quando referente às ONGs e OSCs, também muito variam.

No total, as categorias mais representadas entre os contemplados pelos Editais do CAU (Tabela 01)³ são as pessoas físicas, com sua totalidade na

³ As tabelas aqui divulgadas são apenas dos projetos contratados que conseguimos ter informações disponibilizadas eletronicamente. No entanto, vale notar que, em relação aos valores, apenas cerca de metade daqueles disponibilizados pela totalidade de Editais dos CAU/UF foram efetivamente

região Nordeste; e as ONGs e OSCs nacionais, novamente com quase sua totalidade, agora, no Sudeste; equivalendo a 18,7% e 19,6%, respectivamente. No entanto, os valores despendidos com cada uma dessas categorias é muito discrepante: enquanto as pessoas físicas receberam um total de R\$ 338 mil (4,9% do total de recursos), as ONGs e OSCs receberam R\$ 2,3 milhões (33,6%).

Perfis dos Contemplados pelos Editais			Qtde. de Projetos Contratados por Região					TOTAL		ORÇAMENTO TOTAL EMPREGADO	
			Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul				
Típicos da AT dos anos 1990	Grupos ligados ao Ensino Superior	Extensões Universitárias	1	0	0	0	0	12	11,2%	R\$ 454 mil	6,5%
		Instituições de Ensino	0	1	1	1	0				
		Fundações de Apoio à Pesquisa	0	0	5	3	0				
	Organização popular	Movimentos populares	0	0	0	9	0	13	12,1%	R\$ 742 mil	10,7%
		Associações comunitárias	0	0	0	4	0				
	Outros	Poder público	0	0	0	1	0	1	0,9%	R\$ 39 mil	0,6%
		Assessorias técnicas	0	0	0	13	0	13	12,1%	R\$ 1.940 mil	28,0%
Novos agentes	Agentes de mercado	Escritórios de AU e afins	0	6	0	5	0	11	10,3%	R\$ 357 mil	5,2%
		Empresas privadas internacionais	0	0	1	0	0	1	0,9%	R\$ 30 mil	0,4%
		Pessoas físicas (arquitetos e urbanistas)	0	20	0	0	0	20	18,7%	R\$ 338 mil	4,9%
	ONGs e OSCs nacionais		0	0	1	20	0	21	19,6%	R\$ 2.331 mil	33,6%
	Associações profissionais	Outras instituições nacionais representantes de Arquitetura e Urbanismo e semelhantes	0	0	1	3	10	14	13,1%	R\$ 522 mil	7,5%
		Outras associações profissionais não diretamente relacionadas a AU	0	0	0	1	0	1	0,9%	R\$ 177 mil	2,5%
TOTAL DE PROJETOS FOMENTADOS			1	27	9	60	10	107	100%		
			0,93%	25,23%	8,41%	56,07%	9,35%	100%			
ORÇAMENTO TOTAL EMPREGADO			R\$ 20 mil	R\$ 476 mil	R\$ 336 mil	R\$ 5.754 mil	R\$ 343 mil			R\$ 6.929 mil	100%
			0,29%	6,88%	4,85%	83,04%	4,95%			100%	

Tabela 01: Distribuição regional de agentes contemplados por Editais do CAU e orçamento destinado aos projetos contratados⁴. Fonte: Elaboração própria. Dados: CAU/UF.

contratados, principalmente no Sudeste, que tem maior peso. Não conseguimos mapear a justificativa para tanto, mas supomos que muitos convocados não conseguiram efetivar a contratação (por motivos diversos); e, também, no caso do Sudeste, não houveram suficientes projetos habilitados para a totalidade dos recursos disponibilizados – o que indica também um campo em formação.

⁴ Os valores podem não expressar efetivamente o total de projetos contratados, visto que o acesso a alguns resultados de Editais não estavam acessíveis eletronicamente. Em outros casos, onde se tinha o orçamento total destinado pelo CAU para o Edital, mas não o valor do contrato efetivado, considerou-se aquele dividido igualmente entre os projetos contemplados, o que também pode não corresponder à realidade.

Em relação aos valores, a segunda categoria que mais recebeu fomento foram as Assessorias Técnicas, com 28% do total, seguida pelas organizações populares (10,7%). As duas, somadas – dentro do modelo original de assessoramento técnico –, ficariam em primeiro lugar, realizando principalmente ações de fomento à ATHIS (assessorias em SP) e projetos de acesso ao direito à moradia (movimentos populares no RJ). Somando todos os agentes típicos da assessoria dos anos 1990, temos 45,8% dos recursos contratados (em 36,4% dos projetos contemplados), enquanto os novos agentes ficam com os outros 54,2%. Percebe-se, logo, uma disputa sobre qual o caráter de ATHIS que o CAU deve fomentar.

Foram, ainda, levantados os objetivos dos projetos fomentados pelos Editais, dividindo-os em três grupos (Tabela 02). Em primeiro lugar, em 47,7% dos projetos (que representam 53,5% dos recursos contratados), tem-se o “Fomento e Desenvolvimento da ATHIS”, ações voltadas para a promoção teórica e metodológica do campo, por meio de cursos e cartilhas, primordialmente. Em seguida, representando 44,9% dos projetos e 43% dos recursos contratados, estão as aqui chamadas “Intervenções pontuais”, que incluem, de modo geral, melhorias habitacionais, projetos arquitetônicos e levantamentos em pequena escala. Por fim, aquelas que denominamos de “Projetos no âmbito do direito à moradia” englobam três tipologias especificadas objetivamente pelo CAU: “Defesa de direitos à moradia digna e à cidade contra remoções forçadas”, “Produção habitacional autogestionária”, e “Projetos de regularização fundiária de Interesse Social”, somando 7,5% dos projetos contemplados e 3,5% dos recursos.

Objetivos dos projetos fomentados		Qtde. de Projetos Contratados por Região					TOTAL				ORÇAMENTO TOTAL EMPREGADO			
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul								
Intervenções pontuais	Levantamentos em pequena escala, Projetos arquitetônicos, e/ou outros serviços (genérico)	0	16	7	0	0	23	21,5%	48	44,9%	R\$ 442 mil	6,4%	R\$ 2.980 mil	43,0%
	Melhorias habitacionais em assentamentos humanos, urbanos ou rurais (específico)	0	6	0	14	5	25	23,4%			R\$ 2.538 mil	36,6%		
Desenvolvimento da ATHIS	Contribuição com o desenvolvimento da ATHIS e da Arquitetura e do Urbanismo (genérico)	1	2	2	29	5	39	36,4%	51	47,7%	R\$ 3.183 mil	45,9%	R\$ 3.708 mil	53,5%
	Desenvolvimento de ações estratégicas visando diagnosticar, estruturar e universalizar a assessoria técnica em habitação de interesse social (específico)	0	0	0	12	0	12	11,2%			R\$ 525 mil	7,6%		
Projetos no âmbito do direito à moradia	Defesa de direitos à moradia digna e à cidade contra remoções forçadas	0	0	0	2	0	2	1,9%	8	7,5%	R\$ 69 mil	1,0%	R\$ 241 mil	3,5%
	Produção habitacional autogestionária	0	0	0	2	0	2	1,9%			R\$ 62 mil	0,9%		
	Projetos de regularização fundiária de Interesse Social	0	3	0	1	0	4	3,7%			R\$ 111 mil	1,6%		
TOTAL DE PROJETOS FOMENTADOS		1	27	9	60	10	107	100%						
ORÇAMENTO TOTAL EMPREGADO		R\$ 20 mil	R\$ 476 mil	R\$ 336 mil	R\$ 5.754 mil	R\$ 343 mil					R\$ 6.929 mil	100%		
		0,29%	6,88%	4,85%	83,04%	4,95%								

Tabela 02: Distribuição regional dos objetivos dos projetos contratados por Editais do CAU, e orçamento destinado a eles. Fonte: Elaboração própria. Dados: CAU/UF.

No cruzamento dos dois levantamentos, vemos que, atualmente, a principal forma de atuação em ATHIS fomentada pelo CAU é ainda o seu desenvolvimento, ou seja, a constituição de um novo campo de atuação para o arquiteto e urbanista. O caráter dessa ATHIS, no entanto, está sendo disputado

por novos e tradicionais agentes, que desenvolvem trabalhos muito diferentes, como veremos nos estudos de caso adiante – com maior peso no fomento, atualmente, para as intervenções pontuais em detrimento das ações no âmbito do direito à moradia.

A partir do cruzamento entre esses agentes e essas formas de atuação, verificou-se importantes diferenças regionais, indicando as predominâncias existentes em cada região dentro da variedade da ATHIS no país, como descreveremos a seguir.

Região Norte

Quanto ao número total Editais, a região Norte fica em quinto e último lugar. Isso, entretanto, não surpreende, visto que essa é uma das áreas menos povoadas do país e, correlatamente, aquela com a menor quantidade de arquitetos e urbanistas e de atividades no ramo profissional⁵. O que admira, neste caso, é a observação da distribuição de iniciativas entre os estados, com destaque ao número considerável de Editais promovidos pelo CAU/RO, tendo esse estado um número inferior a 1000 arquitetos registrados, enquanto o Pará, que possui quase o triplo, não apresentou até o momento do levantamento nenhum Edital de ATHIS, assim como o Amazonas, segunda UF com mais profissionais.

Para além disso, qualitativamente, apesar de não haver iniciativas regulares ou informações suficientes para delimitar um perfil ou padrão regional da prática de ATHIS – exceto pela característica de as iniciativas levantadas serem muito pontuais –, nota-se que, entre os *sites* dos diferentes CAU/UF da região, há notável desorganização e falta de sistematização das informações.

Região Nordeste

A região Nordeste, apesar de ser apenas a terceira em ordem decrescente de profissionais registrados, é a região com a maior quantidade de Editais e a segunda colocada quanto ao número de projetos fomentados. Além disso, apesar de existirem alguns estados com poucas iniciativas e outros com uma quantidade considerável, no geral, elas se distribuem bem entre as UF. Já quanto aos recursos empregados, contudo, o Nordeste pouco se diferencia do Centro-Oeste e do Sul, ainda que apresente quase o triplo de projetos realizados.

Somente essas observações já indicam ser o Nordeste uma das regiões que mais aposta na ATHIS hoje; e isso se observa não somente pelo CAU, mas mesmo de modo autônomo entre as assessorias e outros grupos relacionados, que criaram, por exemplo, em 2019, com seu primeiro evento no início de 2020, o Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste.

Em relação às características da região, vê-se certa recorrência de pessoas físicas sendo contempladas pelos Editais, enquanto, no restante do

⁵ Dados do Anuário de Arquitetura e Urbanismo de 2019 do CAU/BR, com dados coletados em 2018 (Anuário mais recente publicado).

país, é mais comum o aceite de inscrições somente de pessoas jurídicas. Ademais, assim como no Sudeste, a integração de escritórios de Arquitetura e Urbanismo ao perfil dos agentes é outro fator distintivo. Em segundo lugar, tem-se a maior frequência de projetos de regularização fundiária, uma modalidade raramente tangenciada nas outras regiões.

Região Centro-Oeste

No Centro-Oeste, apesar de o estado de Goiás se sobressair pela quantidade de Editais ATHIS, o restante das iniciativas da região como um todo não tem grande peso, fazendo que ela seja a segunda com menos Editais e projetos fomentados, ficando acima somente da região Norte. Apesar disso, quanto aos recursos utilizados, pouco se diferencia das regiões Nordeste e Sul. Em relação aos agentes, é notável a presença de grupos ligados ao Ensino Superior na ATHIS.

Região Sudeste

Já de modo diferente do esperado – devido à sua pujança e dinamicidade sociais e econômicas, e ao seu histórico de atuação em AT –, a região Sudeste não ocupa o primeiro lugar quanto à sua quantidade de Editais, ficando em segunda posição, ainda que tenha mais de 50% dos profissionais registrados. Isso se compensa, entretanto, na quantidade de projetos contemplados por Edital e de recursos aplicados, expressando, respectivamente, mais de 56% e de 83% deles.

Também é essa a região mais diversificada da ATHIS, tanto em objetivos quanto em perfil dos atores, estando presentes movimentos populares, assessorias técnicas – sendo, para esses dois perfis, a única região onde aparecem como contemplados de Editais, e não apenas participantes em seminários –, escritórios de AU, ONGs, universidades e uma gama maior de profissões envolvidas.

Quanto às especificidades dos estados, observa-se ligações mais fortes entre cada CAU/UF e um tipo de parceiro. Em São Paulo, é marcante a associação com assessorias técnicas, e, em Minas Gerais, com universidades e outros grupos ligados ao ambiente acadêmico, bem como com escritórios de arquitetura. No Rio de Janeiro, os movimentos populares foram contemplados várias vezes por iniciativas do CAU/RJ – o que demonstra certa coerência com os objetivos dos projetos, visto que todos os ligados ao acesso ao direito à moradia da região aparecem nessa unidade federativa.

Além disso, para SP, embora essa seja a unidade federativa com a maior quantidade de Editais, ela é, no âmbito estadual (diferentemente da região Sudeste como um todo), aquela com a menor diversidade de objetivos – sendo todos os Editais voltados, mesmo que parcialmente, para o campo mais teórico da ATHIS, de estruturação e capacitação – e de contemplados por cada Edital, com proponentes extremamente recorrentes entre os projetos.

Em relação aos novos agentes da ATHIS, há, no Sudeste, um aparecimento muito mais frequente de Organizações Não-Governamentais

(ONGs) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) do que no restante das regiões do país.

Região Sul

A região Sul é a terceira com maior quantidade de Editais, sendo notável, entre as UF, o Paraná (ainda que os mais antigos, de 2015, não estejam acessíveis). Contudo, fica em terceiro lugar quanto à quantidade de projetos realizados, apresentando apenas um a mais que a região Centro-Oeste. Também é nítido seu empenho em divulgar o máximo de ações possíveis – havendo, inclusive, casos em que uma mesma iniciativa é anunciada mais de uma vez, em matérias diferentes.

No restante, a região Sul não destaca outras singularidades além da Comissão de ATHIS (CATHIS) do CAU/SC – que, distintivamente de comissões ou grupos de trabalhos de ATHIS de outros CAU/UF, tem maior força e continuidade no impulsionamento de ações no estado, e não apresenta caráter temporário – e da relevância de outras instituições profissionais de Arquitetura e Urbanismo nas iniciativas.

ESTUDOS DE CASO

A partir desses levantamentos – que possibilitaram uma visão mais sistematizada do quadro nacional da ATHIS, ainda que não esgotem suas possibilidades – foram definidos estudos de caso para nos aproximarmos das experiências e relações estabelecidas nos territórios, buscando compreender qualitativamente algumas das ATHIS existentes hoje em uma escala menor. Procurou-se, contudo, manter a perspectiva nacional de compreensão do campo, buscando casos que pudessem ilustrar predominâncias regionais.

Como critérios de escolha, foram levadas em consideração as três matrizes utilizadas pela metodologia para classificação das iniciativas de ATHIS (perfis de agentes, práticas, e diferenças regionais), aprofundando as análises sobre elas, mas sem se restringir a experiências financiadas pelo CAU. Foram três os casos escolhidos, todos entendidos como ações diretas no território, em conjunto com as famílias, separando-se pela forma de atuar junto à população: intervenções pontuais com somente uma família; intervenções pontuais com um conjunto de famílias; e intervenções com mobilização da comunidade em torno de direitos.

Procurou-se que cada um dos três representasse um dos perfis de atores inseridos apenas mais recentemente na atuação de AT: escritórios de arquitetura, ONGs e OSCs, e extensões universitárias. Estas últimas, apesar de estarem presentes no cenário da assistência e assessoria técnica desde os anos 1960 (ARANTES, 2002), passaram a ter outras características com sua maior institucionalização, a partir dos anos 1990, e em função da sua inserção no território a partir da expansão de Universidades Federais por todo o Brasil ao longo dos anos 2000, principalmente na região Nordeste (CASQUEIRO, SILVA, 2020).

Além disso, foram consideradas as maiores recorrências regionais das classificações para definir, igualmente, de onde seriam os projetos selecionados: a predominância, no Nordeste, de escritórios (nos Editais do CAU), simultaneamente à de extensões e grupos universitários (com outras iniciativas conhecidas, como o Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste); e a significativa presença de ONGs e OSCs entre os contemplados, pelo CAU, no Sudeste.

Melhoria habitacional individualizada no Ceará: Escritório Yuri Nobre Arquitetura & Urbanismo

Este é o caso de um projeto de melhoria habitacional para uma única casa na Favela do Marrocos, no Grande Bom Jardim, que envolve cinco bairros periféricos da cidade de Fortaleza, no Ceará. Ele foi realizado pelo escritório Yuri Nobre Arquitetura & Urbanismo, por meio do Edital de Chamada Pública de Apoio Institucional Nº 01/2018 do CAU/CE, e foi formalmente intitulado “Reforma de Residência Unifamiliar com Adequação de Acessibilidade”. O valor do acordo de fomento foi considerado pelo arquiteto, segundo relatado em entrevista, como um pagamento inclusive superior ao que é normalmente pago em projetos comerciais.

O Edital em questão aceitava a inscrição somente de pessoas jurídicas, diferentemente do posterior a esse no estado (2020), que aceitou inscrições tanto de pessoas jurídicas quanto físicas. Em ambos os processos de Chamada Pública, contudo, delineava-se a exigência de atendimento a famílias habitantes de zonas prioritárias para intervenção em HIS pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Fortaleza. Aparentemente, tal requisito se deu devido a uma preocupação com a factibilidade da regularização dessas áreas em um curto período de tempo. Isso explicaria, por exemplo, o fato de, enquanto os projetos de 2018 focaram somente em melhorias habitacionais de uma única residência unifamiliar, o Edital de 2020 ter se voltado também para “Projetos de regularização fundiária de Interesse Social”, e para melhorias em mais de uma unidade habitacional (delimitando, no documento, valores de fomento por UH, e não um valor total).

O escritório de Yuri, que normalmente realiza projetos comerciais e institucionais, envolveu-se no projeto após, de acordo com ele, ficarem sabendo, por meio de uma então estagiária, Aline Feitoza, do lançamento do Edital. Na entrevista, Yuri disse que sempre teve vontade de trabalhar com projetos populares, com os quais sente mais prazer por ter um poder de mudança e a possibilidade de fazer a diferença na sociedade. Aline, que, no momento, realizava o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Ceará (UFC) e, portanto, tinha contatos no Bom Jardim justamente por este ter sido seu objeto de estudo em tal trabalho, fez o primeiro papel de intermediadora. Assim, havendo um meio de entrada nas relações do território (através de relações com a Universidade), e sendo ele também uma zona prioritária do PLHIS, foi então escolhido como área de atuação do projeto.

Faltava, entretanto, a demanda. Contataram, então, uma das lideranças comunitárias da região, Rogério Costa, quem Aline conhecia por participar da mesma ONG da qual ele faz parte: o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS). Enquanto integrante de uma grande rede de associações e organizações comunitárias do território – a Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS GBJ) –, Rogério consultou as lideranças locais, das associações de bairros, as referências de famílias que se encaixassem nas determinações do Edital e para quem o projeto faria sentido. Chegaram em duas opções: a residência de um pequeno comerciante – que, de acordo com Rogério, foi atendido dentre as unidades do projeto de regularização fundiária no Edital de 2020 – e a escolhida, uma casa de 120 m² com três residentes, todos jovens e irmãos entre si, sendo que um deles tinha dificuldades de locomoção devido à imobilidade dos membros inferiores. Segundo Yuri, dentre as duas opções, um dos principais critérios de seleção teria sido tal condição do morador, visto que provavelmente seria um ponto a favor para a inscrição do escritório na ponderação dos critérios de escolha da Chamada Pública.

Dois pontos chamativos do caso são a relação estabelecida entre a metodologia escolhida e as formas de organização popular do Grande Bom Jardim. Quanto à primeira questão, o principal propósito para o projeto arquitetônico foi a “busca por funcionalidade, ergonomia e salubridade”, sob o argumento de ser a adequação habitacional, enquanto política a ser promovida pelas instituições, uma questão de saúde pública.

Tendo como base o método de trabalho do arquiteto argentino Rodolfo Livingston (“Arquitetos da Família” (NOGUEIRA, 2010)), o escritório estabeleceu cinco etapas a serem desenvolvidas nos cinco meses disponíveis. Primeiro, uma “entrevista” de apresentação dos arquitetos para a família e vice-versa; depois, um diagnóstico da habitação. O terceiro contato acontece já como uma espécie de apresentação intermediária do projeto, desenvolvido no escritório, aos “clientes”. A seguir, são feitos os ajustes finais ao projeto e, por fim, sua entrega final à família, junto a instruções para sua execução – questão muito relevante dentro das preocupações do arquiteto, que, na entrevista, ressaltou algumas vezes a importância de utilizar uma linguagem arquitetônica inteligível aos moradores, como uma “planta falada”.

Ressaltamos a pontualidade, a distância e a objetividade das conversas realizadas entre profissional e “cliente”, mesmo em um local, como conta Rogério em entrevista, com um histórico marcado pela mobilização e participação comunitária. O próprio CDVHS teve sua origem, nos anos 1990, pela atuação de comunidades eclesiais de base no território. Com o tempo, suas estruturas foram mudando, reorganizando-se de acordo com novas necessidades e propósitos, mas, ainda assim, a população ali tem uma forte iniciativa de auto-organização, expressa, hoje, pela Rede DLIS GBJ que, conforme Rogério, conta com mais de 30 associações e coletivos dentre os cinco bairros da região.

Ao final, o resultado obtido foram os desenhos arquitetônicos e imagens do projeto de reforma da casa, entregues dentro das especificações técnicas para o CAU/CE, e de uma linguagem mais lúdica para a família. A reforma

efetiva não pôde ser feita pois, conforme conta o arquiteto, ao Conselho, pelas normas que o regulam, não é permitido subsidiar nem financiar a concretização de melhorias habitacionais, visto que não conseguiria o fazer para todas as residências, indicando um favorecimento privado específico; e, mesmo se conseguisse, estaria adentrando na esfera de atuação do poder público.

Yuri não manteve contato com a família, então não soube dizer sobre o prosseguimento do processo, mas, segundo Rogério, sem mais informações sobre os meios para tanto, a família executou a readequação da casa. Não se sabe, contudo, qual foi a mão de obra utilizada, se o projeto foi seguido de acordo com a entrega feita pelo arquiteto, nem quais recursos foram utilizados.

Atuação comunitária em Sergipe: Escritório Modelo Trapiche (UFS)

Trata-se da ação realizada pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) - Trapiche, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em 2019, identificada pelo título “Direito à Cidade: Urbanismo de Risco: A Faixa de Proteção da Rede de Energia Elétrica e de gás no Rosa Elze, São Cristóvão/SE”. Esta não foi uma experiência financiada pelo CAU, mas entendemos sua relevância por se tratar de uma atuação de mobilização comunitária que envolve a Universidade, agentes privados e a necessidade de intervenção do poder público. Assim, ela indica possibilidades – e dificuldades – da aplicação da Lei por fora do CAU.

A UFS é a única universidade pública de Sergipe, com seis *campi* no estado. Passou a oferecer o curso de Arquitetura e Urbanismo a partir de 2006, no *campus* de Laranjeiras, criado no mesmo ano a partir da parceria entre a UFS, a Prefeitura Municipal de Laranjeiras, o Governo do Estado de Sergipe, o Governo Federal e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) dentro do Programa Monumenta.

Concebido em 2014, o EMAU Trapiche também faz parte de uma parceria estabelecida entre a universidade e a Prefeitura de Laranjeiras – da qual são estagiários alguns de seus integrantes, de modo rotativo durante sua participação no grupo de Extensão Universitária, e por termo de cooperação técnica, tendo em vista que o escritório não recebe nenhum tipo de auxílio financeiro da universidade. Ele é, formalmente, uma associação civil sem fins lucrativos; é regido pela Carta de Definição para Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo, elaborada pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA) em 2007; e possui estatuto próprio. Desde seu surgimento, já realizou diversos projetos no estado, tanto institucionais quanto comunitários. Como exemplos, pode-se citar seu trabalho corrente neste momento de reivindicação na Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb) de participação popular e cidadã na revisão do Plano Diretor de Aracaju, e intervenções junto a ocupações do MTST, como instalação de pias.

No caso da ação aqui analisada, a parceria feita foi com a disciplina de Planejamento Urbano e Regional do curso de AU na UFS, e com o Coletivo Saúde Moradia, grupo de arquitetos e estudantes de Arquitetura formado em 2018 com o objetivo de praticar ATHIS, em um primeiro momento, por meio do Edital lançado pelo CAU/SE. A demanda chegou ao Trapiche por meio da inscrição no formulário de captação de projetos do grupo de extensão, feita por um morador do bairro de Rosa Elze, zona de expansão periférica muito ligada socioeconomicamente com a periferia de Aracaju e onde está instalada a sede da UFS em Sergipe. Era de seu desejo realizar um típico projeto paisagístico e urbanístico de revitalização da faixa de proteção por onde passa, desde 2012, a rede de distribuição elétrica da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e, desde 2007, o gasoduto Atalaia-Itaporanga (de responsabilidade da Petrobrás), na Avenida Chesf, também endereço da residência de muitas famílias de baixa renda da comunidade Maria do Carmo.

Ao iniciar, contudo, o diálogo com outros moradores da região para melhor compreender suas demandas para o projeto, as estudantes entenderam o real problema: o abandono da área tanto pela prefeitura quanto pela empresa responsável. Anteriormente, já haviam sido desenvolvidos outros projetos com o mesmo intuito, mas nenhum deles foi realizado, sob a mesma justificativa de impossibilidade de realização devido ao risco, mas com a continuidade da falta de manutenção do espaço e de amparo aos habitantes. Dali em diante, portanto, a partir da perspectiva do chamado “urbanismo de risco”, o trabalho se transformou, passando a ser um diagnóstico urbano e ambiental das condições existentes, e uma conscientização e mobilização da comunidade pela reivindicação do seu direito à cidade, o qual não é assegurado, seja pela falta de infraestruturas básicas, como saneamento, pavimentação e macrodrenagem, ou pela falta da atuação dos agentes responsáveis pela criação de tal situação de risco.

Desde o primeiro momento, contudo, as estudantes do Trapiche se sentiram desconfortáveis com a situação, interpretando que não teriam condições de realizar a mobilização comunitária – a qual envolvia um conflito muito maior, de grandes poderes –, uma vez que esse não era seu papel, enquanto técnicas e estudantes. Isso, somado a diversas outras dificuldades – como os fatos de a comunicação com o morador que inscreveu o projeto ter sido difícil, tendo ele, possivelmente, interesses políticos pessoais que não tinham relação com a proposta de conscientização comunitária do Trapiche; e de serem poucas as pessoas em constante contato com o grupo (apenas cinco, dentro de uma grande área, de 2 quilômetros de extensão) devido a uma rotatividade dos participantes tanto da disciplina quanto do coletivo Saúde Moradia, dificultando a continuidade do trabalho e o acesso aos materiais produzidos –, impediu que o projeto se concretizasse do modo que foi proposto pelo Trapiche.

Ao final, conseguiram realizar o diagnóstico técnico da área – tarefa que realmente se enquadra na sua atividade –, mas ficaram frustradas por não verem concretizado o efeito político potencial que identificaram anteriormente. Segundo Emilly Arielle e Isadora Torres, participantes do coletivo com quem foi feita a entrevista, foi a partir dessa experiência, em meio a um momento de reestruturação dos objetivos e formas de atuar do EMAU, que ficou clara para seus integrantes a importância de uma organização comunitária prévia para o seu trabalho dali em diante.

Ações pontuais com conjunto de famílias na Baixada Santista, SP: OSC ATHIS na Baixada

O grupo “ATHIS na Baixada” (AnB) é automeado Grupo de Trabalho – embora tenha funcionamento de OSC. O grupo, multidisciplinar, formou-se em 2018 a partir da vontade de diversos profissionais (três arquitetos, um engenheiro e um publicitário) de atuar socialmente, por meio da ATHIS, tendo encontrado impasses anteriormente dentro da atuação pública, por onde todos os arquitetos passaram em algum momento de suas carreiras.

Em sua primeira aproximação com a ATHIS, entraram como responsáveis técnicos no projeto escrito pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São Vicente para o Edital de Chamamento Público Nº 003/2018 do CAU/SP, no qual foram contemplados, mas não puderam prosseguir devido à existência de pendências da Associação com o Conselho. Então, entre 2018 e 2019, em um seminário realizado pelo Banco do Povo sobre um projeto que, depois, foi inscrito e contemplado pelo Edital Nº 004/2019 do mesmo CAU/UF, começaram a conversar com outros profissionais que tinham a mesma vontade, e, assim, formaram realmente um grupo de trabalho.

Segundo a entrevista realizada com Laís Granado (uma das coordenadoras do GT), o grupo ganha consistência em 2019, quando encontraram o Instituto Procomum, uma ONG que, na época, contava com 3 anos de atuação na defesa dos bens comuns, fornecendo cursos para a comunidade e, principalmente, funcionando como apoio institucional e “incubadora” para ações sociais. Sua experiência se relaciona principalmente com atividades culturais, mas procurava expandir seu trabalho para outras áreas. As duas, naquele momento, já haviam escrito projetos que pensavam em submeter para o patrocínio do CAU, e, assim, juntaram-se, gerando o AnB.

Além do projeto junto ao Banco do Povo, foram contemplados em outro Edital, o de Nº 006/2019, ambos para serem desenvolvidos a partir do início de 2020. Com a chegada da pandemia causada pela Covid-19, no entanto, o primeiro projeto teve de ser adaptado, e desistiu-se do segundo, visto que seria essencial realizá-lo presencialmente. Depois, no Edital de Chamamento Público Nº 006/2020 do CAU/SP, receberam novamente fomento, agora para mais três projetos, que funcionaram como um só no decorrer de 2021. Assim, o grupo em questão já foi aprovado pela autarquia em um total de seis projetos formais, podendo colocar quatro deles em prática, todos neste período pandêmico, de isolamento social, e, portanto, realizados virtualmente.

Quanto ao realizado em 2020, tratou-se de um trabalho com três frentes: debates e seminários voltados a agentes do poder público, para sua sensibilização quanto a problemas habitacionais na Baixada Santista⁶; capacitação de profissionais relacionados a Arquitetura e Urbanismo; e oficinas práticas ligadas à construção civil para alguns moradores da Vila Margarida (comunidade consolidada de São Vicente), chamadas de oficinas de Desenvolvimento Profissional Comunitário (DPC). Delas, participaram dez moradores. Elas foram realizadas de forma prática em seis unidades habitacionais, aproveitando a capacitação para já realizar melhorias, na forma de pilotos didáticos, enquanto ensinavam técnicas construtivas para a resolução de problemas habitacionais comuns; uma maneira, dentro das determinações do CAU, de contornar a impossibilidade de execução prática efetiva colocada por ele.

Já em 2021, nos projetos incluídos na chamada “Colaboradora ATHIS”, o trabalho diretamente no território foi maior, desenvolvendo atividades não somente de discussão e formação, mas de diagnósticos e projetos arquitetônicos para os locais. Com isso, puderam continuar a atuação iniciada na Vila Margarida, e expandir o trabalho para a Bela Vista, comunidade recente, de 2017, em Santos. Houve, contudo, a determinação do Edital de que deveriam ser contratados, para cada projeto do Lote 01, 30 arquitetos, selecionados por meio de processo seletivo de chamada pública. A Comissão Organizadora do GT-ATHIS na Baixada deixou os 60 arquitetos contratados livres, dentro de sua área designada, para se organizarem em grupos menores, podendo escolher o tipo de trabalho a ser feito no território, visto que o Edital do CAU não colocava maiores delimitações além de questões burocráticas (quantidade e destinação de recursos, prazos) e que, para esse lote, deveriam ser ações diretas sobre o local. Foram, logo, desenvolvidos múltiplos projetos pontuais menores dentro de um só, sendo que os projetos arquitetônicos não possuem previsão de execução.

A forma de conexão com os moradores das comunidades se deu por relações previamente estabelecidas, dentro da rede de contatos da AnB – chamada, no meio do terceiro setor, de “ecossistema”, ou de “*network*”. No caso da Vila Margarida, um casal, fundador de uma instituição local que realiza trabalhos comunitários, o Instituto Chegados, conhecia parte da equipe do Instituto Procomum por já ter realizado um curso na ONG; já na Bela Vista, o incentivo de lá iniciar trabalhos veio da advogada popular Gabriela Ortega, que já vinha realizando trabalhos no local e com quem os arquitetos do ATHIS na Baixada já colaboravam, tendo a conhecido por meio de Conselhos Populares. A partir disso, puderam adentrar nos territórios utilizando a metodologia do “Arquiteto da Família” – apesar de, com base nas entrevistas realizadas com os arquitetos de cada um dos casos, terem sido notadas algumas diferenças.

Possivelmente por ter o foco da sua atividade exclusivamente em ATHIS, o AnB parece entender tanto o método como um todo quanto,

⁶ Segundo Laís, esse é um assunto delicado e de extrema importância na região, visto, por exemplo, que Santos, maior cidade da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), não possui uma Secretaria Municipal de Habitação, realocando as ações ou para a Cohab, ou para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDURB).

especialmente, a fase de aproximação com os moradores de maneira mais ampla. Diferentemente de Yuri, dá-se muita ênfase na necessidade da sua participação constante nas discussões e no processo de projeto, de modo coletivo. No último projeto desenvolvido, por exemplo, ainda que as reuniões fossem feitas à distância, todas as semanas os moradores interessados eram convidados a participar. Na Vila Margarida, isso foi possível graças à quantidade de institutos e organizações comunitárias locais existentes, apesar de não haver muita articulação entre elas, com muitas pessoas, na verdade, comparecendo puramente enquanto moradores, e não representantes de um grupo maior.

Por outro lado, na Bela Vista, sendo uma ocupação pequena e recente, as organizações no território não se encontram muito consolidadas, e a liderança com quem tinham contato não é representante ou interlocutora de uma maioria, impossibilitando a realização de um trabalho participativo – tendo um resultado, portanto, apenas representativo. Laís pontua, todavia, que, no meio do processo, puderam contratar o Instituto Elos – uma ONG atuante já há mais de 30 anos com sensibilização e formação de lideranças, mobilização social e desenvolvimento comunitário local – para auxiliar a comunidade a se organizar, suprimindo a dispersão de indivíduos e formando grupos de trabalho para que, futuramente, um projeto participativo possa ser possível ali.

Já referente à agregação de outros profissionais ao grupo de trabalho, de acordo com a arquiteta entrevistada, foi um processo muito “natural”. Seja durante o período de estruturação do grupo ou agora, após diversos projetos junto ao CAU e mais de 1 milhão de reais de seus recursos empregados, as redes de relações estabelecidas pelos participantes nos Conselhos Municipais; nas universidades, aonde vão dar palestras, por exemplo; e entre as organizações populares locais, que são de extrema importância para a difusão do seu trabalho. Ademais, é inegável a relevância, para essas atividades, da autarquia regional, a qual permite a existência e a atuação do grupo tanto ao dar apoio financeiro, quanto por, simplesmente com o lançamento de Editais de Chamadas Públicas, incentivá-lo a se formar e, depois, escrever novos projetos a cada ano.

QUESTÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, muito se fala da “ATHIS”, seja como um serviço necessário à sociedade, devido ao grande déficit habitacional existente e/ou à necessidade de viabilização de direitos das famílias – o constitucional, à moradia, e o da lei 11.888/2008, à assistência técnica para HIS pública e gratuita –; ou seja como um nicho de mercado em expansão para os arquitetos e urbanistas. Esta dicotomia entre mercado profissional e necessidade social foi ressaltada também pela bibliografia:

“São arranjos práticos, comerciais ou empresariais, que têm como finalidade mais o empreendimento negocial que, efetivamente, contribuir para a construção de uma atividade que se estabeleça como instrumento de acesso e garantia do direito à moradia e à cidade” (CARDOSO; LOPES, 2019, p. 2).

Independente do motivo específico inserido no discurso utilizado para sua legitimação, é clara a sua expansão e nacionalização especialmente a partir de 2015; no entanto, há pouca clareza quanto à sua caracterização, deixando espaço, no imaginário profissional geral, para uma atuação flexível e pontual. Ao realizar levantamentos sobre suas práticas, contudo, percebemos como, na realidade, elas se apresentam de modo extremamente heterogêneo no país, com características marcantes regionalmente e muita desigualdade de recursos – que também não se relacionam com o perfil do déficit habitacional local.

Primeiro, parece-nos necessário olhar para as iniciativas de ATHIS do CAU, considerando que, no cenário atual, é ele o principal responsável pela definição do que e de como é feita a ATHIS, por conta de seu financiamento: qual objetivo ele teria com a promoção de intervenções que não definem claramente que tipo de cidade querem produzir? Que tipo de papel público o órgão tem realizado, ao ser o principal executor de uma Lei Federal? Primeiramente, foi possível perceber a dificuldade de concretização desses projetos. Sem um financiamento público, os 2% dos recursos do Conselho, mesmo nos estados onde o CAU/UF mais recolhe dos arquitetos e urbanistas, não são suficientes para a promoção de obras no território. Estas, por sua vez, para que efetivamente respondam às necessidades habitacionais, demandam muito mais do que intervenções pontuais, na medida em que sua relação com a cidade é fundamental, tanto do ponto de vista da disponibilidade de infraestrutura, quanto do ponto de vista das articulações sociais necessárias para sua efetivação. Ou seja, há necessidade de recursos e intervenção pública. Neste caso, no entanto, há que se perguntar também sobre a discricionariedade do uso de recursos quando estão atrelados a iniciativas privadas e, portanto, não vinculadas ao planejamento público e à prioridade de atendimento⁷.

Isso tendo em vista a perspectiva do Conselho de executar obras e reformas, o que já vimos que, institucionalmente, não é uma possibilidade. Assim, revela-se uma contradição entre seu discurso e sua prática, considerando que a promoção de ATHIS pelo CAU surgiu como defesa de assistência para construção, e não somente para projetos, como defendeu Ilgenfritz no projeto da lei 11.888/2008. A justificativa dada para isso é plausível, uma vez que a realização de políticas públicas deve ser feita, no caso, pelas prefeituras, mas, ao mesmo tempo, questiona-se: Não seria possível uma atuação mais coordenada, tendo em vista a urgência da situação habitacional brasileira? É mister o estabelecimento de relações mais imediatas com o poder público para a execução de uma arquitetura concreta, e não abstrata e sem responsabilidade social – o que, apesar das iniciativas divulgadas pelo Conselho de parcerias com prefeituras, ainda não se vê sendo empreendido o mesmo empenho que com tais projetos de ATHIS, de atuação por parte da sociedade civil. Neste sentido, o CAU parece estar colaborando para a conformação de um campo de atuação de caráter contratualizado, entre privados, em uma temática de caráter público. Ou seja, a indeterminação aqui

⁷ Uma lógica que segue a atual, e polêmica, implantação de Parcerias Público-Privadas.

não é neutra, mas colabora para o contornamento da efetivação de uma esfera pública de atuação profissional, ligada diretamente a um direito social.

Em relação aos profissionais ligados à realização dos projetos, percebemos que a decisão de trabalhar com habitação social fica muito difícil, não apenas por conta da baixa remuneração e da exiguidade dos editais de ATHIS: além disso, são muitas as limitações a certos perfis por meio de critérios de participação nos termos de fomento. A exigência de certos tipos de documentos e de tempo mínimo de atuação enquanto pessoa jurídica acabam limitando o perfil dos Contemplados para aqueles que já têm a experiência e o *know-how* da prática na sua ordenação burocrática. O período para a inscrição de projetos é muito curto, além de todo o processo ser complexo para quem nunca participou – gerando, também, todo um mercado de consultoria em ATHIS⁸ (o que também indica o enorme direcionamento de recursos para as atividades de “Desenvolvimento de ATHIS” pelo próprio CAU).

Dessa maneira, a participação de grupos comunitários fica sempre relegada ao intermédio de outra organização, o que afeta sua autonomia. Não por acaso, vê-se movimentos sociais enquanto Contemplados somente na região Sudeste, onde há uma tradição e uma institucionalização mais forte dessas organizações populares.

Assim, o CAU tem se mostrado apenas um gerador de demanda solvável para a produção de projetos abstratos, muitas vezes quaisquer, sem se preocupar com sua qualidade, seja enquanto produto construído final, seja com seu processo de execução de projeto, principalmente no que concerne às relações com as famílias atendidas. Tal situação tem levado muitas OSCs a se formarem com o objetivo específico de participar dos Editais de ATHIS do CAU, ou, ainda, tem levado os profissionais a considerarem a ATHIS como um “auxílio emergencial”, especialmente devido à pandemia (de acordo com relato em entrevista).

Para além das questões relacionadas à ATHIS fomentada pelo CAU, os estudos de caso apresentados mostram mais uma série de questões relacionadas à expansão dessa prática em território nacional, independente da ação do Conselho. Um dos elementos a ser analisado é o entendimento que os profissionais têm dos moradores. Dentro de cada perfil, existe uma visão diferente, mas nota-se a permanência das “lentes” existentes a partir da forma de atuação preponderante (KAPP, 2018). Para Yuri, que faz projetos comerciais dentro de seu escritório, são clientes; para as estudantes de uma universidade federal e cuja atuação se volta para a assessoria popular, são cidadãos e sujeitos políticos; para as arquitetas com histórico de atuação na prefeitura, que agora coordenam uma OSC, são os beneficiários ou usuários.

A mesma indeterminação se vê nos agentes da ATHIS. Viu-se, por exemplo, nos estudos de caso, que, na verdade, a categoria “ONGs e OSCs” dos levantamentos deveria ser mais bem destrinchada, relacionando-a, em alguns casos, com a categoria de organizações comunitárias, visto que, atualmente, dentro da lógica neoliberal, essa é a forma encontrada pelas

⁸ Isso foi pontuado pela arquiteta Laís Granado, que relatou estar sendo procurada para dar consultoria sobre as fases do processo seletivo dos Editais do CAU.

organizações populares de estabelecer relações institucionais e de aumentar suas possibilidades de atuação e de financiamento. Dessa forma, o conceito de “liderança” acaba sendo distorcido, visto que, como na comunidade Bela Vista, em Santos, muitas vezes as pessoas com quem os arquitetos mantêm contato são muito mais representantes de um dos diversos atores existentes no território do que da comunidade em si. O campo da indeterminação, aqui, parece atuar na privatização das relações, em vez de ampliar espaços democráticos em um campo de atuação essencialmente público, de acesso ao direito à moradia.

Dentre a transformação dos agentes da ATHIS, cabe também uma nota sobre o papel do Ensino Superior neste novo cenário. Muito diferente do papel da extensão durante as décadas de 1980/90 (CARDOSO; LOPES, 2019), vemos que sua maior institucionalização e multiplicidade de perfis de atuação – desde empresas juniores e escritórios-modelo até a extensão popular e grupos autônomos – ocorre conjuntamente com dois processos: a expansão das Universidades Federais para locais onde os municípios têm baixa capacidade técnica e há falta de mobilização popular organizada; e, nos grandes centros, um processo de aproximação à lógica da inovação e do empreendedorismo, atualmente tecendo vínculos com o campo do Impacto Social⁹ (SANTORO; CHIAVONE, 2020). Esses dois processos também podem ser observados nos dados apresentados previamente. No estudo de caso do EMAU Trapiche/UFS, por exemplo, ficou claro que o papel da extensão substituía o papel do município e necessitava de intermediários de mobilização comunitária e de representação política dos moradores que, inexistentes, impossibilitaram a continuidade do trabalho institucional. Isso mostra a importância, para a ATHIS, da articulação complexa com outros agentes – públicos, profissionais e da sociedade civil organizada –, não sendo viável um trabalho contratualizado simples entre arquiteto e cliente. Isso também foi demonstrado pelos outros estudos de caso, nos quais foi apenas com rede de intermediários que os trabalhos puderam acontecer.

Mesmo quando há engajamento da comunidade, a mediação existente, majoritariamente feita pelas instituições, acaba servindo, ao mesmo tempo, como facilitador (prático) e barreira (do ponto de vista de formação política). A focalização das políticas e das formas de atuar dificultam a realização de um trabalho efetivamente conjunto, visto que cada agente, para além das colaborações feitas para viabilizar os projetos, ligando-se entre si pelo acesso aos contatos (o “*network*”), fecha-se em si mesmo, não opinando sobre a “área

⁹ Infelizmente não poderemos desenvolver o tema aqui, mas vale salientar a entrada das Universidades Paulistas no *Times Higher Education Impact Ranking 2020* e a concomitante implantação de escritórios internos de Gestão de Indicadores de Desempenho Acadêmico, que procuram medir o impacto das ações das universidades para poder participar de rankings que usam os parâmetros dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Isso pode ser um movimento de busca de recursos privados dentro da lógica financeira, na qual Fundos de Investimento disputam um mercado competitivo de indicadores – inclusive sociais. Nesta mesma lógica, temos atualmente plataformas digitais de assistência técnica para reformas residenciais ou gestão de carteira de aluguel, financiadas por Fundos de Impacto Social.

de *expertise*” do outro profissional¹⁰. As lideranças, então, acabam em pouco ou em nada interferindo, mas apenas mediando, como uma espécie de mero tradutor entre mundos, compondo a complexa cadeia de gerenciamentos entre agentes intermediários. O objetivo das intervenções parece ser apenas a criação e manutenção desse “*network*”, cuja malha privada de agentes gestores substitui a esfera pública, ou mesmo comunitária, de decisão. No campo da indeterminação, fica-se sem saber como e por que determinadas famílias foram escolhidas para serem atendidas, ou mesmo quem são os agentes legítimos de atuação no território.

Para finalizar, gostaríamos de salientar que a intenção desta pesquisa não é a de fazer uma hierarquização moral entre assessoria e assistência; projetos de caráter comunitário, por direito à moradia, e intervenções pontuais de melhorias, etc. Não se trata aqui de refutar a importância da assistência para o atendimento mais direto e urgente, ou simplesmente como um serviço, inclusive levando em conta que a autogestão deve ser sempre uma escolha dos moradores, e nunca imposta; bem como não se trata de desmerecer as melhorias habitacionais como elemento essencial para a supressão de inadequações de moradia, sendo uma parte importante da regularização fundiária e habitacional, além do déficit habitacional.

A questão aqui colocada, no entanto, é sobre a falta de clareza nos propósitos, resultados e consequências da promoção de certas formas de atuação, na medida em que se cria ativamente um campo de indeterminação que, longe de ser neutro, colabora para a privatização da atuação em habitação social, uma temática essencialmente pública, do campo dos direitos sociais. A diversidade, característica muito forte na ATHIS como se apresenta hoje, é sempre bem-vinda, desde que seu caráter e direcionamento geral seja passível de questionamento e de intervenção da sociedade, pois trata-se, muito além da formação de um nicho de mercado profissional, da implantação de uma Lei Federal, de interesse público – além de um campo complexo onde técnica e política são indissociáveis.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2002.

BARAVELLI, José. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos da Vila Nova Cachoeirinha*. Dissertação de Mestrado – FAU-USP, São Paulo, 2007.

_____. *Trabalho e Tecnologia no Programa MCMV*. Tese de Doutorado – FAU-USP, São Paulo, 2014.

¹⁰ Como visto na entrevista realizada com Rogério Costa, que, ao ser questionado sobre o envolvimento e a participação da família no projeto de readequação da sua unidade habitacional, disse que considera ela ter se envolvido, sim – embora ele mesmo não tenha acompanhado o processo.

BONDUKI, Nabil. *Habitação e autogestão: construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

BRASIL. *Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008*. Brasília: 2008.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assistência e Assessoria Técnica: entre o discurso e a prática. In: *Anais do XVIII Enanpur*, Natal: 2019.

CASQUEIRO, Mayara; IRFFI, Guilherme; SILVA, Cristiano. A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. *Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior, Campinas*, v. 25, n. 01, 155-177, 2020.

CAU/BR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. *56ª Plenária: CAU destinará recursos para assistência técnica de habitação social*. 2016. Disponível em: <https://caubr.gov.br/56a-plenaria-cau-destinara-recursos-para-projetos-e-obras-de-assistencia-tecnica/>. Acesso em: 6 abr. 2021.

_____. *Anuário de Arquitetura e Urbanismo*. Brasília, 2019.

FIX, Mariana. Transformações no circuito imobiliário no Brasil: notas sobre o quadro contemporâneo. (147-210). In: FIX, Mariana. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese de Doutorado – IE-UNICAMP, Campinas, 2011.

GIAVAROTTI, Daniel. *Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo*. Tese de Doutorado – FFLCH-USP, São Paulo, 2018.

GUERREIRO, Isadora. *Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano nos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular*. Tese de Doutorado – FAU-USP, São Paulo, 2018.

IAB. Instituto de Arquitetos do Brasil. *Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social*. 2010.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 2, 221-236, 2018.

LOPES, João Marcos. Nós, os arquitetos dos sem-teto. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 20, n. 2, 237-253, 2018.

NOGUEIRA, Priscila. *Práticas de arquitetura para demandas populares: a experiência dos arquitetos da família*. Dissertação de Mestrado – Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2010.

RIZEK, Cibele; OLIVEIRA, Francisco de (Org.). *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTORO, Paula; CHIAVONE, João. Negócios de impacto social e habitação social: uma nova fronteira do capital financeirizado?. *Cadernos Metrópole*, v. 22, n. 49, 683-704, 2020.

SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação social, Habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.